DocuSign Envelope ID: EF281758-5028-4297-9AFD-09D41C346567

INSTITUTO DAS PEQUENAS MISSIONÁRIAS DE MARIA IMACULADA

CNPJ nº 60.194.990/0001-78
Rua Major Antônio Domingues, 244
São José dos Campos/São Paulo (SP)

Balanço patrimonial *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	24.178	31.733
Contas a receber	7	78.846	52.439
Adiantamentos a terceiros		3.204	6.487
Subvenções governamentais a receber	8	17.688	24.752
Estoques	9	30.361	31.479
Outras contas a receber		199	245
Despesas antecipadas		207	133
Total ativo circulante		**154.683**	**147.268**
Não circulante			
Depósitos judiciais		335	375
Imobilizado de Investimentos		11.579	11.579
Investimentos		143	97
Imobilizado	10	330.768	316.486
Intangível	11	425	513
Total ativo não circulante		**343.250**	**329.050**
Total ativo		**497.933**	**476.318**

Passivo	Nota	2021	2020
Circulante			
Fornecedores	12	56.557	42.916
Empréstimos e financiamentos	13	12.347	25.677
Obrigações sociais e trabalhistas	14	32.720	29.695
Obrigações tributárias		2.040	1.870
Adiantamento de clientes		5.748	6.009
Provisão para contingências	16	1.363	566
Subvenções governamentais a realizar	8	24.037	37.885
Outras contas a pagar	15	23.917	11.889
Estoque em consignação	9	20.919	18.415
Total passivo circulante		**179.648**	**174.922**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	3.942	14.630
Subvenções governamentais a realizar	8	56.034	54.963
Outras contas a pagar	15	4.107	1.783
Bens em comodato	10	214	214
Total passivo não circulante		**64.297**	**71.590**
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	19	229.806	225.614
Superávit (Déficit) do Exercício		24.182	4.192
Total do patrimônio líquido		**253.988**	**229.806**
Total passivo		**497.933**	**476.318**

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1. Contexto operacional: O Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada - IPMMI ("Entidade" ou "Instituto") foi fundado em 1932, na cidade de São José dos Campos/SP. Entidade assistencial, beneficente e filantrópica, inscrita no CPNJ com o número de 60.194.990/0001-78, mantenedora de núcleos assistenciais. O Instituto destina-se à prática de todos os atos de caridade em favor de enfermos em geral, obrigando-se a manter em todas as suas casas, leitos e serviços hospitalares para uso público, sem distinção de raça, cor, sexo e religião, dedicando-se também às obras de promoção humana. Possuidora da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social - SISCEBAS: e verifica-se que a aludida Entidade, teve o seu Certificado **deferido** (SEI nº 25000.219234/2018-97) conforme Portaria SAES/MS nº 1.004, de 04/10/2021, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 07/10/2021, com validade de **01/01/2019 a 31/12/2021**. Com Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS), Certificado deferido (SEI nº 25000.219234/2018-97) conforme Portaria SAES/MS nº 1.004, de 04/10/2021, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 07/10/2021, com validade de **01/01/2019 a 31/12/2021.** Em cumprimento ao que dispõe o § 1º do artigo 37, da Lei Complementar nº 187, de 17/12/2021, na qual prevê que "§ 1º *Será considerado tempestivo o requerimento de renovação da certificação protocolado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem a data final de validade da certificação"* informamos que a entidade protocolou em 21/12/2021, ***tempestivamente***, o seu requerimento de renovação, conforme SEI nº 25000.184454/2021-98, o qual se encontra aguardando análise. **1.1 - Continuidade Operacional: Política Corporativa de Continuidade de Negócios: Objetivo:** Consolidar e manter a Governança Corporativa para a continuidade dos Negócios do Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada (IPMMI). **Público-Alvo:** Todas as Filiais controladas pelo IPMMI. **Responsabilidades:** A Gestão de Continuidade de Negócios é responsável pela Governança Corporativa com seus princípios e políticas acarretando o fortalecimento dos negócios. Os papéis e responsabilidades para coordenação e execução da estrutura de Continuidade de Negócios estão descritas nos respectivos normativos setoriais, por meio da categoria de políticas normativas denominadas Continuidade de Negócios para o IPMMI e os respectivos normativos das unidades de negócio. **Introdução:** Durante o exercício social de 2021 os esforços de reorganização e melhoria dos resultados continuaram a se materializar, e em que pese a expansão de 16,26% nos custos e despesas operacionais a expansão das receitas operacionais líquidas em 19,22% propiciou a expansão do Superávit que passou de R$ 4.191 mil no ano anterior para R$ 24.182 no período corrente, graças à queda das demais despesas operacionais líquidas e melhoria do resultado financeiro líquido. Destaca-se a diminuição de R$ 24.017 no saldo do endividamento bancário a curto e longo prazos, ou seja, redução de 59,58%, em que pesem os efeitos duradouros da pandemia global (COVID-19) sobre o ambiente de negócios, onde, mesmo buscando recursos financeiros junto a instituições bancárias na ordem de R$ 11.925 para manutenção do caixa operacional, durante o ano de 2021, foi possível liquidar sem atrasos ou necessidade de renegociações, as parcelas devidas de empréstimos e financiamentos. Apesar da expressiva liquidação de compromissos financeiros a entidade apresentou aumento de R$ 2.689 mil no capital circulante líquido e honrou pontualmente suas obrigações. **2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras do Instituto foram preparadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil. A escrituração contábil atende a Resolução nº 1409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a ITG 2002 (R1) publicada no DOU de 02/08/2015, a qual trata de aspectos contábeis específicos a entidades sem finalidade de lucro. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado (Aplicações financeiras). **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais e o Real é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são apresentadas em Reais, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **i) Nota explicativa nº 7** - Provisão para ajuste do custo a receber ao valor recuperável; **ii) Nota explicativa nº 10** - Vida útil e valor recuperável do ativo imobilizado; **iii) Nota explicativa nº 16** - Provisão para contingências. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Instrumentos financeiros:** *(i) Ativos financeiros não derivativos:* A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. *(ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:* Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. *(iii) Empréstimos e financiamentos:* São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos. *(iv) Empréstimos e Recebíveis:* Esses são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de quaisquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos. *(v) Caixa e equivalentes de caixa:* Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. *(vi) Passivos financeiros não derivativos:* Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencida. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **b. Contas a receber:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e são ajustados ao seu valor recuperável em montante considerado suficiente pela administração para fazer face a eventuais perdas na realização do contas a receber. **c. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques estão relacionados, principalmente, aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. **d. Imobilizado:** *(i) Reconhecimento e mensuração:* Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou custo de construção, deduzido de depreciação acumulada e provisão para redução no valor recuperável desses bens. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil. Os bens constantes do imobilizado, mas não utilizados na prestação de serviços ou atividades para investimentos foram, no exercício de 2021 transferidos para conta específica do imobilizado avaliados pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações, cujo montante líquido é considerado como o valor justo dos mesmos. *(ii) Depreciação:* A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou valor de construção, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, exceto para terrenos e obras em andamento, que não são depreciados.

Taxa Média Anual de Depreciação

Edificações	4
Instalações	10
Veículos	20
Móveis e Utensílios	10
Objetos e Obras Sacras	10
Equipamentos de Informática	20
Equipamentos Hospitalares	8,33
Máquinas e Equipamentos	8,33
Instrumentos	10

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **e. Intangíveis:** *Reconhecimento, mensuração e amortização:* O ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (*software*), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% ao ano. **f. Redução ao valor recuperável** *(impairment): Ativos financeiros (incluindo recebíveis):* Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. **g. Passivos circulante e não circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando do aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. **h. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base a melhor estimativa do risco envolvido. **i. Demais ativos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços. **j. Patrimônio líquido:** Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido do resultado dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são utilizados integralmente nos objetivos sociais da Entidade. **k. Receita operacional:** *(i) Prestação de serviços - Saúde médico-hospitalar:* As receitas com serviços prestados no segmento de saúde são reconhecidas pelo regime de competência dos exercícios e englobam as contraprestações provenientes das operações com Sistema Único de Saúde (SUS), convênios/planos de assistência à saúde, atendimento médico-hospitalar a particulares e beneficiários de outros convênios. Estas receitas são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando o valor possa ser mensurado de forma confiável. As receitas com atendimento de serviços - saúde médico-hospitalar são apropriadas de acordo com o período da prestação do serviço. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. *(ii) Prestação de serviços - Assistência social:* A Entidade trabalha no acolhimento institucional a idosos em situação de vulnerabilidade e risco social, buscando a conquista da autonomia, lazer e sociabilidade, mediante o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. A receita refere-se às contribuições dos atendidos em Instituições de Longa Permanência para Idosos (Lei Complementar nº 187, de 16/12/21 e Estatuto do Idoso) e doações espontâneas e eventuais convênios com órgãos públicos. *(iii) Prestação de serviços - Atividade sustentável:* A Entidade trabalha com prestações de serviços de hospedagem e atividades de aluguéis de espaços para retiros espirituais. A receita refere-se aos serviços prestados através de mensalidades, doações espontâneas e eventuais convênios com órgãos públicos. *(iv) Receita com trabalhos voluntários:* Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários estão incluídas no montante do excesso com receitas operacionais. **l. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros e aplicações financeiras, são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos de acordo o regime de competência. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e despesas bancárias e são reconhecidas pelo regime de competência. **m. Gerenciamento de risco financeiro:** A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **i)** Risco de crédito; **ii)** Risco com taxa de câmbio; **iii)** Risco de taxa de juros; **iv)** Risco de liquidez. A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para mantenção e gerenciamento de risco na nota explicativa nº 25. *(i) Estrutura do gerenciamento de risco:* As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade. **4. Determinação do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Entidade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos divulgados nas notas explicativas nº's 3 e 25. Quando aplicáveis, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. **5. Segmentos operacionais:** As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 - Informações por Segmento e são apresentadas em relação às áreas de atuação da Entidade e suas filiais que foram identificadas com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão da Entidade. A Entidade possui três segmentos reportáveis, conforme descrito abaixo, que são suas áreas de atuação. As unidades mantidas oferecem diferentes produtos e serviços e são administradas separadamente. Para cada uma das mantidas, a Entidade avalia separadamente os relatórios gerenciais. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis da Entidade: **i) Saúde** - A Entidade oferece assistência médico-hospitalar e ambulatorial, considerando o conjunto das filiais nominadas: Hospital Madre Teresa (MG), Casa de Saúde Stella Maris (SP), Instituto Pequenas Missionárias Maria Imaculada - Mantenedora Administração Corporativa (SP), Hospital Obra deAção Social Pio XII (SP), Hospital Materno-Infantil Antoninho da Rocha Marmo (SP), Hospital, Maternidade Marieta Konder Bornhausen (SC) e Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada - Radioterapia (SC). **ii) Assistência Social** - A Entidade trabalha no acolhimento, na defesa e na garantia dos direitos de idosos, que são desenvolvidas na filial Obra de Ação Social Pio XII (SP), como atividades secundárias (Recanto São João de Deus). **iii) Atividade Sustentável**: A Entidade trabalha com prestações de serviços de hospedagem, atividades de aluguéis de espaços para retiros espirituais, que são desenvolvidas nas filiais: Residencial Maria Imaculada (SP), Recanto Luiz Bertoli (SrC), Obra de Assistência e Promoção Rural Cura D'ars (SP), Obra Social Madre Teresa (SC) sem atividades em construção. **iv)** No quadro abaixo, são demonstrados os resultados dos segmentos operacionais da Entidade, que são: (i) locais de desenvolvimento de atividades de negócio, que obtêm receitas e gastos; (ii) têm seus resultados revisados pelo corpo executivo responsável pela tomada de decisões e alocações de recursos; e (iii) onde estejam informações financeiras disponíveis. A forma de avaliação por segmento permite o acompanhamento do desempenho das margens em separado dos diversos serviços oferecidos, dando suporte para as decisões dos executivos da Entidade. Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável estão incluídas abaixo. O desempenho é avaliado com base no resultado do segmento, como incluído nos relatórios internos que são analisados pelas associadas da Entidade.

Informações sobre segmentos reportáveis: *Quadro 1 - Receitas segmentos operacionais:*

	Saúde		Assistência Social		Atividade Sustentável		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Receitas Operacionais Líquidas								
Receita Líquida de Prestação Serviço	717.543	601.267	3.173	2.972	7.164	6.327	727.880	610.566
Receitas Operacionais Trabalhos Voluntários	9	22	–	–	–	–	9	22
	717.552	601.289	3.173	2.972	7.164	6.327	727.889	610.588
Custos e Despesas Operacionais								
Custos e despesas operacionais - Saúde	(678.357)	(582.436)	(3.356)	(3.309)	(10.080)	(9.291)	(691.793)	(595.036)
Custos e Despesas Serviços Voluntários	(9)	(22)	–	–	–	–	(9)	(22)
	(678.366)	(582.458)	(3.356)	(3.309)	(10.080)	(9.291)	(691.802)	(595.058)
Superávit (Déficit)Operacional Bruto	39.186	18.831	(183)	(337)	(2.916)	(2.964)	36.087	15.530
Outras receitas e despesas operacionais líquido								
Outras receitas e despesas operacionais	(12.156)	(6.555)	(50)	(3)	(550)	(489)	(12.756)	(7.047)
Deficit Operacional Antes do Resultado financeiro	27.030	12.276	(233)	(340)	(3.466)	(3.453)	23.331	8.483
Resultado Financeiro, líquido								
Despesas Financeiras/Receitas Financeiras	960	(4.183)	(7)	(7)	(102)	(102)	850	(4.293)
Superávit (Deficit) do exercício	27.990	8.093	(240)	(347)	(3.568)	(3.555)	24.182	4.191

Quadro 2a - Balanço patrimonial segmentos operacionais - Ativo:

	Saúde		Assistência Social		Atividade Sustentável		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	23.045	30.777	489	370	644	586	24.178	31.733
Contas a receber	78.566	52.259	–	–	280	180	78.846	52.439
Adiantamento de terceiros	3.135	6.385	10	61	59	42	3.204	6.488
Subvenções governamentais a receber	17.489	22.666	199	2.086	–	–	17.688	24.752
Estoques	30.261	31.320	5	3	95	125	30.361	31.448
Outras contas a receber	178	102	–	–	21	143	199	245
Despesas antecipadas	200	129	–	–	7	3	207	132
Total ativo circulante	152.874	143.638	703	2.520	1.106	1.079	154.683	147.237
Não circulante								
Depósitos judiciais	334	375	1	–	–	–	335	375
Outras contas a receber	–	–	–	–	–	–	–	–
Investimentos	91	96	–	–	52	1	143	97
Imóveis de investimentos	11.579	11.579	–	–	–	–	11.579	11.579
Imobilizado	303.710	288.935	1035	1092	26.023	26.490	330.768	316.517
Intangível	425	513	–	–	–	–	425	513
Total ativo não circulante	316.139	301.498	1.036	1.092	26.075	26.491	343.250	329.081
Total do ativo	469.013	445.136	1.739	3.612	27.181	27.570	497.933	476.318

Quadro 2b - Balanço patrimonial segmentos operacionais - Passivo e patrimônio líquido:

	Saúde		Assistência Social		Atividade Sustentável		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Circulante								
Fornecedores Diversos	56.334	42.749	64	20	159	147	56.557	42.916
Empréstimos e Financiamentos	12.348	25.677	–	–	–	–	12.348	25.677
Obrigações Sociais e Trabalhistas	31.713	28.723	274	257	734	716	32.721	29.696
Obrigações Tributárias	2.025	1.859	3	2	12	9	2.040	1.870
Adiantamentos de Clientes	5.724	5.978	–	–	24	31	5.748	6.009
Provisão para contingências	1.362	566	–	–	–	–	1.362	566
Subvenções a Realizar	23.385	35.660	652	2.086	–	139	24.037	37.885
Circulante	170.496	46.903	4.087	11.459	500	4.313	243	2.106	64.486	6.374	508	11.579	934	16.220	2.139	**342.347**
Valor contábil em 31 de dezembro de 2020	170.496	47.269	5.108	9.309	463	4.994	230	2.425	41.814	4.332	484	11.579	934	24.581	4.049	**328.065**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Patrimônio social	Superavit/(Déficit) acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019		224.080	1.535	225.615
Transferência para patrimônio social		1.535	(1.535)	–
Ajuste de exercícios anteriores		–	–	–
Superávit do exercício		–	4.191	4.191
Saldo em 31 de dezembro de 2020		225.615	4.191	229.806
Transferência para patrimônio social		4.191	(4.191)	–
Ajuste de exercícios anteriores		–	–	–
Superávit do exercício		–	24.182	24.182
Saldo em 31 de dezembro de 2021		229.806	24.182	253.988

Demonstrações dos resultados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2021	2020
Receitas operacionais líquidas			
Receita líquida de prestação serviço - Saúde	20	717.543	601.245
Receita líquida de prestação serviço - Assistência Social	20	3.173	2.972
Receita líquida de prestação serviço - Atividade Sustentável	20	7.164	6.327
Receita líquida de prestação de serviços - Trabalho Voluntário	20	9	22
		727.889	**610.566**
Custos e despesas operacionais			
Custos e despesas operacionais - Saúde	21	(678.357)	(582.414)
Custos e despesas operacionais - Assistência Social	21	(3.356)	(3.309)
Custos e despesas operacionais - Atividade Sustentável	21	(10.080)	(9.291)
Custos e despesas operacionais - Trabalho voluntário	21	(9)	(22)
Isenção Cota Patronal e COFINS	18	70.548	61.210
(–) Isenção Cota Patronal e COFINS	18	(70.548)	(61.210)
		(691.802)	**(595.036)**
Superávit (Déficit) operacional bruto		**36.087**	**15.530**
Outras despesas operacionais líquidas			
Outras receitas e despesas operacionais	23	(12.756)	(7.047)
Deficit operacional antes do resultado financeiro		**23.331**	**8.483**
Resultado financeiro líquido			
Receitas financeiras	24	4.904	1.447
Despesas financeiras	24	(4.053)	(5.739)
		851	**(4.292)**
Superávit (Déficit) do exercício		**24.182**	**4.191**

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Superávit (Deficit) do exercício	24.182	4.191
Resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total do exercício	**24.182**	**4.191**

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais - R$)*

	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Ajustes por:			
Superavit do exercício		24.182	4.191
Depreciações	10	16.312	13.862
Amortização	11	283	217
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	7	(3.397)	3.572
Saldo residual da baixa de bens e Intangível	10 e 11	433	3.123
Provisão para riscos e processos judiciais, líquida	16	797	(139)
		–	–
		38.610	**24.816**
(Aumento) redução das contas do ativo			
Contas a receber		(23.008)	(2.410)
Estoques		1.118	(8.692)
Subvenções a Receber		7.064	(8.911)
Outros créditos		(74)	519
Depósitos judiciais		40	169
Adiantamentos		3.283	(1.142)
Aumento (redução) das contas do passivo			
Fornecedores		13.641	(8.177)
Salários e contribuições sociais		3.025	2.930
Impostos e contribuições a recolher		170	264
Subvenção a pagar		(12.777)	20.385
Bens de Direito de Terceiros		–	(1.277)
Outras contas a pagar e provisões diversas		16.595	10.337
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**47.687**	**28.811**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de bens do ativo investimentos		–	–
Aquisições de bens do ativo imobilizado	10	(31.028)	(28.281)
Aquisições de bens do ativo intangível	11	(195)	(244)
Caixa líquido utilizados nas atividades de investimento		**(31.223)**	**(28.525)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	13	324.723	411.102
Pagamento de empréstimos e financiamentos	13	(348.742)	(407.876)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		**(24.019)**	**3.224**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(7.555)**	**3.510**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	31.733	28.223
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		24.178	31.733
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(7.555)**	**3.510**

	Saúde		Assistência Social		Atividade Sustentável		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Circulante								
Outras contas a pagar	23.809	11.824	35	–	73	65	23.917	11.889
Estoques - Em Consignação	20.919	18.414	–	–	–	–	20.919	18.414
Total passivo circulante	177.619	171.450	1.028	2.365	1.002	1.107	179.649	174.922
Não circulante								
Empréstimos e Financiamentos	3.942	14.630	–	–	–	–	3.942	14.630
Subvenções a Realizar	55.479	54.052	334	689	220	222	56.033	54.963
Outras contas a pagar	4.107	1.783	–	–	–	–	4.107	1.783
Bens em Comodato	206	206	–	–	8	8	214	214
	63.734	70.671	334	689	228	230	64.296	71.590
Patrimônio líquido								
Patrimônio social	202.509	199.201	1063	–	26.234	26.413	229.806	225.614
Déficit no Exercício	27.990	8.094	(240)	(346)	(3.568)	(3.556)	24.182	4.192
Transferência Interna	3.278	(3.388)	2	11	(3.285)	3.377	–	–
	233.777	203.907	830	(335)	19.381	26.234	253.988	229.806
Total do passivo	475.130	446.028	2.192	2.719	20.611	27.571	497.933	476.318

6. Caixa e equivalentes de caixa:

	2021	2020
Caixa fundo fixo	42	34
Banco conta movimento	817	1.115
Aplicações Financeiras	23.319	30.584
	24.178	31.733

A Entidade mantém os recursos disponíveis aplicados financeiramente enquanto não são utilizados em atividades ligadas ao seu objeto social. As aplicações financeiras da Entidade não estão sujeitas à incidência de impostos, devido ao fato de a Entidade gozar de imunidade de tributos federais. A Entidade, na data das demonstrações financeiras, possuía saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa com utilização exclusiva, que são oriundos de recursos obtidos por emendas (também entendidas como subvenções governamentais) nas filiais da Entidade consideradas como unidades próprias no montante de R$ 5.261 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 18.013 em 31 de dezembro de 2020). A exposição da Entidade a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros é divulgada na nota explicativa nº 25.

7. Contas a receber:

	2021	2020
Saúde		
Pacientes convênios	66.832	43.121
Pacientes SUS	12.053	12.685
Pacientes particulares	1.650	1.812
	80.535	57.618
Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa	(1.970)	(5.405)
Atividade sustentável		
Créditos a receber	318	227
Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa	(38)	–
	78.845	52.440

A provisão para ajuste do contas a receber ao valor recuperável foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização do contas a receber, levando-se em consideração análise quantitativa e qualitativa individual dos recebíveis, bem como a média de inadimplência histórica. A Entidade tem como procedimento rever tais provisões mensalmente a fim de serem ajustadas, se necessário, adotando o critério de análise individual de sua carteira de clientes. **Movimentação da provisão para ajuste do contas a receber ao valor recuperável:**

Saldo em 1º de janeiro de 2020	1.833
Incremento de provisão para perdas no exercício	5.434
Reversão de provisão para perdas no exercício	(1.862)
Baixa efetiva dos titulos vencidos	–
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.405
Incremento de provisão para perdas no exercício	3.443
Reversão de provisão para perdas no exercício	(6.840)
Baixa efetiva dos títulos vencidos	–
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.008

8. Subvenções governamentais e compromissos por doações: As subvenções governamentais são registradas nos ativos e passivos, onde esses recursos financeiros são destinados ao custeio e investimentos, assinados entre o Instituto e os Órgã

DocuSign Envelope ID: EF281758-5028-4297-9AFD-09D41C346567

☆ continuação

11. Intangível:

Imobilizado

Custo	Sistema de Informática	Licença Sistema de Informática	Marcas e Patentes	Subtotal
Saldo em 1º de janeiro de 2020	415	3.072	4	**3.491**
Adições	–	244	–	**244**
Baixas	–	(1)	(2)	**(2)**
Transferências	–	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2020	415	3.315	3	**3.733**
Adições	–	195	–	**195**
Baixas	(400)	(1.829)	–	**(2.229)**
Transferências	–	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2021	15	1.682	3	**1.699**
Depreciação/Amortização				
Saldo em 1º de janeiro de 2020	(415)	(2.586)	(4)	**(3.005)**
Adições	–	(217)	–	**(217)**
Baixas	–	1	2	**2**
Transferências	–	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(415)	(2.802)	(3)	**(3.220)**
Adições	–	(283)	–	**(283)**
Baixas	400	1.829	–	**2.229**
Transferências	–	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(15)	(1.256)	(3)	**(1.273)**
Valor contábil em 31 de dezembro de 2021	–	426	–	**426**
Valor contábil em 31 de dezembro de 2020	–	513	–	**513**

13. Empréstimos e Financiamentos:

	Taxa de juros nominal	Vencimento	2021 Valor contábil	2021 Até 1 ano	2021 Acima de 1 ano	2020 Valor contábil	2020 Até 1 ano	2020 Acima de 1 ano
HSBC - IPMMI - 626639	5,54% a.a.	15/12/2021	–	–	–	2.262	2.181	81
HSBC - IPMMI - 10650789	22% a.a.	17/01/2022	112	112	–	1.451	1.339	112
Banco do Brasil - IPMMI (i)	3% a.m.	–	–	–	–	1.699	1.699	–
Banco SICOOB CREDICOM - HPICXILI(i)	1,45%a.m	31/01/2020	122	122	–	–	–	–
Banco Santander - HMMKB 7280	24% a.a.	15/03/2022	631	631	–	3.156	2.525	631
SICOOB CREDICOM PIO XII - CONTRATO 851897	20,31% a.a.	15/02/2022	398	398	–	2.750	2.371	379
SICOOB CREDICOM HMT - CONTRATO 93442-0	3,33% a.a.	15/03/2023	1.710	1.220	490	2.907	1.245	1.662
SICOOB CREDICOM HMT - CONTRATO 950097	3,33% a.a.	15/06/2023	1.810	1.223	587	3.007	1.351	1.656
SICOOB CREDICOM HMT - CONTRATO 96525-3	3,33% a.a.	17/07/2023	1.274	818	456	2.004	827	1.177
SICOOB CREDICOM HMT - CONTRATO 98361-3	3,33% a.a.	15/08/2023	670	410	260	1.002	379	623
SICOOB CREDICOM HMT - CONTRATO 100089-9	3,33% a.a.	15/09/2023	1.407	823	584	2.004	695	1.309
SICOOB CREDICOM HMT - CONTRATO 101937-1	3,33% a.a.	15/10/2023	738	446	292	1.002	315	687
SICOOB CREDICOM HMT - CONTRATO 104992-4	3,96%a.a	15/01/2024	838	419	419	–	–	–
SICOOB CREDICOM HMT - CONTRATO 109604-6	3,96%a.a	30/09/2022	875	875	–	–	–	–
BANCO UNICRED - HMMKB	2,00%a.m	21/11/2021	668	668	–	–	–	–
UNIMED BH - COVID 19	–	31/12/2021	–	–	–	1.300	1.300	–
BRADESCO SAÚDE - COVID - 19	–	31/03/2021	–	–	–	375	375	–
Credicom - 57342	4% a.a.	17/04/2023	2.681	2.028	653	4.675	2.770	1.905
Credicom - 55517-6	4% a.a.	02/01/2023	2.400	2.200	200	4.800	2.517	2.283
Oncoclínicas	–	–	–	–	–	670	–	670
Unimed Belo Horizonte HMT (ii)	2,79%a.m	31/10/2021	–	–	–	4.000	4.000	–
Banco Itaú S.A.	–	–	–	–	–	1.933	400	1.533
			16.334	12.393	3.941	40.997	26.289	14.708
Juros a incorrer			(44)	(44)	–	(690)	(612)	(78)
			16.290	12.349	3.941	40.307	25.677	14.630
Circulante			12.349	–	–	25.677	–	–
Não circulante			3.941	–	–	14.630	–	–

(i) Conta garantida com instituições financeiras. (ii) Refere-se a recursos adiantados associados ao convênio privado que são amortizados mensalmente com base na produção incorrida do Hospital Madre Teresa. As operações de financiamentos têm como finalidade principalmente a aquisição de bens patrimoniais e empréstimos tomados no mercado financeiro para suprir as deficiências de capital de giro. Para mais informações sobre a exposição da Entidade a riscos de taxa de juros, câmbio e liquidez decorrentes destes empréstimos e financiamentos, veja nota explicativa nº *25. Garantias oferecidas*: A Administração ofereceu garantias para suas operações de empréstimos e financiamentos, carteira de recebíveis de convênios privados e SUS e aplicações financeiras. *Cláusulas restritivas (Covenants)*: Os contratos de empréstimos possuem cláusulas de *covenants* não financeiros. Todas as cláusulas são atendidas pela entidade.

14. Obrigações sociais e trabalhistas:	2021	2020
Provisão de férias e encargos sociais	18.802	16.970
Salários e ordenados a pagar	10.857	9.922
Encargos sociais	3.061	2.803
	32.720	29.695

15. Outras contas a pagar:	2021	2020
Contas a pagar diversas	21.842	9.468
Água e esgoto	41	40
Energia elétrica	411	443
Telefone	31	16
Aluguéis de bens móveis e imóveis	983	1.225
Fornecedores - Acordo	425	543
Consignados	184	154
	23.917	11.889
Circulante	23.917	11.889
Não circulante	4.107	1.783

16. Provisão para contingências: A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências.

	2021	2020
Cíveis	591	106
Trabalhistas	770	460
	1.361	566

A Entidade em 31 de dezembro de 2021 possuía processos em andamento movidos contra suas filiais. O risco econômico envolvido nesses processos soma o equivalente à R$ 1.361 (R$ 566 em 2020) envolvendo causas com risco provável de perda, conforme apresentadas abaixo:

Saúde

2021	Saldo Inicial	Adições	Utilização	Estornos	Depósito Judicial	Saldo Final
Cíveis	106	2.776	(1.404)	(887)	–	591
Trabalhistas	460	835	(362)	(163)	–	770
	566	3.611	(1.766)	(1.050)	–	1.361

Saúde

2020	Saldo Inicial	Adições	Utilização	Estornos	Depósito Judicial	Saldo Final
Cíveis	185	181	(216)	(44)	–	106
Trabalhistas	520	1.322	(665)	(717)	–	460
	705	1.503	(881)	(761)	–	566

• Cíveis - Em 31 de dezembro de 2021, a Entidade estava envolvida em reclamações cíveis, e com base em informações de seus assessores jurídicos, a Administração mantém provisão em montante de R$ 591 (R$ 106 em 2020) para as ações classificadas como sendo de risco de perda provável. As ações de natureza cível versam principalmente sobre erros médicos. Baseado na opinião de seus assessores jurídicos, para as ações classificadas como sendo de risco de perda provável, a Entidade constituiu provisão suficiente para o caso de eventual perda, não sendo esperadas perdas além dos valores já provisionados nas demonstrações financeiras. **•Trabalhistas -** Em 31 de dezembro de 2021, a Entidade estava envolvida em reclamações trabalhistas, e com base em informações de seus assessores jurídicos, a Administração mantém provisão em montante de R$ 770 (R$ 460 em 2020) para as ações classificadas como sendo de risco de perda provável. **Processos com risco de perda possível:** A Entidade é parte envolvida em ações de naturezas cível e trabalhista nos montantes respectivos de R$ 264.708 e R$ 9.568 em 2021 (R$ 221.574 e R$ 8.181 em 2020) que foram classificadas como perda possível pelos assessores jurídicos da Entidade, para os quais nenhuma provisão foi constituída, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O Hospital Casa de Saúde Stella Maris recebeu e foi notificado de processos administrativos abertos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo devido a questionamentos de prestações de contas dos convênios SUS da localidade. A Administração está acompanhando e tomando as ações necessárias esses processos com apoio de seus assessores jurídicos externos. Os valores expostos em 31 de dezembro de 2021 totalizam R$ 197.467 (R$ 146.358 em 2020) com risco de perda avaliado como possível, e encontram-se contidos nos totais expressos **17. Bens públicos em nosso poder:** A Entidade possui bens públicos em seu poder (bens operados em comodato), no montante de R$ 60.881 em 2021 e (R$ 64.912 em 2020), que refere-se a ativos imobilizados e valores recebidos da Secretaria da Saúde do Estado de Santa Catarina e já empregados na aquisição de ativos imobilizado e intangível, que serão devolvidos a gestão pública quando do término do comodato datado de 24 de janeiro de 1995 com uso real do imóvel por 30 anos para o Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen. **18. Tributos e contribuições (renúncia fiscal):** Em atendimento ao item 27c da ITG 2002 (R1) Entidade sem Finalidade de Lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objeto da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, incidentes sobre a receita (COFINS 3% - regime cumulativo). Em janeiro de 2017, conforme Procedimento Comum nº 5000615-45.2016.4.03.6103, foi concedida a imunidade quanto ao recolhimento da contribuição social para o Plano de Integração Social - PIS sobre folha de pagamento, extinguindo assim a obrigatoriedade do recolhimento a partir de fevereiro de 2017; e incidentes sobre o superavit do exercício (IRPJ e CSSL 34%). A Entidade não tem a obrigação de escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem finalidade de lucros. **Isenção previdenciária usufruída:** Em atendimento as determinações da Lei Complementar 187, de 16/12/21, são demonstrados a seguir os valores relativos às isenções previdenciárias, como se devidas fossem, gozadas durante os exercícios de 2021 e 2020.

	2021	2020
COFINS	17.618	14.430
INSS 20% Parte Empresa	37.659	33.060
INSS 5,8% Terceiros	10.921	9.587
INSS 2% R.A.T.	3.766	3.306
INSS 20% Autônomos	584	827
	70.548	61.210

As declarações de isenção do imposto de renda, as quais a Entidade está obrigada a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão e à aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciário-trabalhistas, bem como prestação de contas da administração referente a períodos prescricionais variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final por autoridades fiscais e normativas ou órgãos fiscalizadores. **19. Patrimônio líquido: Patrimônio social:** O patrimônio social da Entidade é empregado integralmente nos objetivos sociais e formado pelos superavits e/ou déficits acumulados. Está composto pelos superavits e/ou déficits acumulados ao longo dos exercícios anteriores, cujos valores foram reinvestidos na ampliação e manutenção dos objetivos sociais da Entidade, seja na ampliação e manutenção de suas instalações ou na prestação de serviços. **20. Receitas operacionais líquidas - saúde, assistência social e atividade sustentável:**

	2021	2020
Receitas Operacionais - Saúde		
Pacientes de convênios	274.246	227.478
Pacientes particulares	31.020	18.117
Pacientes de SUS - Internados	93.121	81.868
Pacientes de SUS - Exames e pronto-atendimento	44.844	41.222
Subvenções e Convênios Públicos	60.604	52.439
Outras Receitas Operacionais	218.519	184.688
	722.354	605.809
Deduções - Saúde		
Rejeição/glosa de convênio	(4.811)	(4.171)
Rejeição SUS	–	(376)
Reembolso a pacientes	–	(17)
Cancelamento de Serviço	–	–
	(4.811)	(4.564)
	717.543	601.245
Receitas Operacionais - Assistência Social		
Contribuições de Asilados	495	465
Subvenções e Convênios Públicos	2.239	2.074
Outras Receitas Operacionais	439	433
	3.173	2.972
Deduções - Atividade Assistencial		
Reembolso de Asilados	–	–
	3.173	2.972

Notas explicativas às demonstrações financeiras do Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada *(Em milhares de Reais)*

12. Fornecedores:	2021	2020
Saúde		
Fornecedores de materiais e medicamentos (i)	13.169	14.032
Fornecedores de serviços médicos (ii)	61	174
Fornecedores de serviços diversos (iii)	13.780	5.914
Fornecedores de OPME (i)	27.488	21.086
Fornecedores de serviço de manutenção (iii)	1.837	1.543
	56.335	42.749
Assistência social		
Fornecedores assistência social	64	20
Atividade sustentável		
Fornecedores de serviços diversos	146	140
Fornecedores de materiais e medicamentos	12	7
	158	147
	56.557	42.916

(i) Insumos médico-hospitalares, como medicamentos, próteses, órteses e materiais especiais. *(ii)* Fornecedores a pagar relacionados a honorários médicos especializados, como radiologia, laboratório, bancos de sangue, radioterapia e UTI. *(iii)* Serviços diversos relacionados a manutenção de ativos e sistemas; honorários especializados, como advogados, auditorias de processos e consultoria de sistemas; serviços de portaria, vigilância e limpeza, conservação e remoção de resíduos hospitalares.

	2021	2020
Receitas Operacionais - Atividade Sustentável		
Mensalidade de Clientes	5.221	4.496
Subvenções e Convênios Públicos	120	125
Outras Receitas Operacionais	1.843	1.711
	7.184	6.332
Deduções - Atividade Sustentável		
Reembolso a Clientes	(20)	(5)
	(20)	(5)
	7.164	6.327
Receita - trabalhos voluntários		
Trabalhos voluntários	9	22
	9	22
Totais receitas operacionais líquidas	727.889	610.566

21. Custos e despesas operacionais - saúde, assistência social e atividade sustentável:

	2021	2020
Custos e despesas operacionais - Saúde		
Custo com Pessoal e encargos	216.345	190.320
Serviços de terceiros	145.742	133.040
Despesas gerais	316.270	259.054
	678.357	582.414
Custos e despesas operacionais - Assistência Social		
Custo com Pessoal e encargos	1.903	1.958
Serviços de terceiros	309	383
Despesas gerais	1.144	968
	3.356	3.309
Custos e despesas operacionais - Atividade Sustentável		
Custo com Pessoal e encargos	5.600	5.412
Serviços de terceiros	1.153	921
Despesas gerais	3.327	2.958
	10.080	9.291
Custos e despesas operacionais - Trabalho voluntário		
Custos e despesas operacionais - Trabalho voluntário	9	22
	9	22
	691.802	595.036

22. Remuneração da Administração: A Entidade não remunera sua Diretoria Estatutária nem suas conselheiras, conforme disposto no artigo 34 do Estatuto Social e também como determina a Lei Complementar 187, de 16/12/21. A Entidade não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplicam integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades em conformidade com o artigo 33 do Estatuto Social.

23. Outras receitas e despesas operacionais	2021	2020
Doações Pessoas Físicas e/ou Jurídicas p/Custeio	5.267	7.219
Atendimentos Gratuitos	(25)	(14)
Outras Despesas	(1.570)	(422)
Depreciação	(15.828)	(13.338)
	(12.156)	(6.555)
Outras receitas e despesas operacionais - Assistência Social		
Doações Pessoas Físicas e/ou Jurídicas p/Custeio	21	52
Depreciação	(71)	(55)
Outras Despesas	–	–
	(50)	(3)
Outras receitas e despesas operacionais - Atividade sustentável		
Doações Pessoas Físicas e/ou Jurídicas p/Custeio	146	184
Depreciação	(696)	(673)
Outras Despesas	–	–
	(550)	(489)
	(12.756)	(7.047)

24. Resultado financeiro, líquido:	2021	2020
Receitas financeiras - Saúde		
Rendimento de aplicações financeiras	316	161
Descontos obtidos	998	1.209
Juros de atualização monetária	3.572	71
	4.886	1.441
Receitas financeiras - Assistência Social		
Tarifas bancárias, juros e descontos	–	–
Receitas financeiras - Atividade Sustentável		
Tarifas bancárias, juros e descontos	17	6
	17	6
Total receitas financeiras	4.903	1.447
Despesas financeiras - Saúde		
Juros passivos	(3.204)	(4.989)
Descontos financeiros	(179)	(146)
Tarifas bancárias	(204)	(254)
Outras despesas financeiras	(340)	(235)
	(3.927)	(5.624)
Despesas financeiras - Assistência Social		
Juros passivos	–	–
Tarifas bancárias	(7)	(7)
	(7)	(7)
Despesas financeiras - Atividade Sustentável		
Descontos financeiros	(106)	(91)
Outras despesas financeiras	(5)	(13)
Tarifas bancárias	(8)	(4)
	(119)	(108)
Total despesas financeiras	(4.053)	(5.739)
Resultado financeiro, líquido	850	(4.292)

25. Instrumentos financeiros: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade para cada um dos riscos a seguir, as políticas e os processos de mensuração, gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Entidade. A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros: **a. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis, representados principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, subvenções governamentais e outras contas a receber. ***Exposição a risco de crédito:*** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito nas datas das demonstrações financeiras foi:

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	24.178	31.733
Contas a receber	78.845	52.439
Subvenções governamentais	17.688	24.752
Outras contas a receber	199	245
	120.910	109.169

• Caixa e equivalentes - A política de gestão de risco é administrada de modo corporativo, e determina que a Entidade avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como mitigar o risco. As estratégias de mitigação de risco são executadas com o objetivo de reduzir o risco com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos. A Entidade possui aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. No que tange às instituições financeiras, a Entidade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating e aplicações em títulos de renda fixa. **• Contas a receber e subvenções governamentais** - O risco de crédito é gerenciado pelos contratos de convênios com órgãos governamentais, contraprestações provenientes das operações com planos de assistência à saúde e atendimento médico-hospitalar a particulares e beneficiários de outros convênios, além de taxas de inscrições; por prestação de serviços no segmento assistencial, principalmente, mensalidades de serviços de moradia, hospedagens. Não há concentração de risco de crédito no modelo de negócios da Entidade, sendo sua carteira pulverizada. A Entidade possui provisão estimada para crédito de Liquidação duvidosa, no montante de R$ 1.361, calculada em função da política adotada durante o ano de 2021 e considerada suficiente frente aos seus riscos. **• Outras contas a receber** - O risco de crédito das outras contas a receber é a incerteza na capacidade da contraparte em cumprir as suas obrigações. A Entidade avalia cada contraparte e gerencia individualmente este risco, muitas vezes, possuindo garantias e/ou depósitos. **b. Risco com taxa de câmbio:** Decorre da possibilidade da Entidade vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores captados no mercado por meio de empréstimos e financiamentos. Os saldos denominados em moeda estrangeira estão sujeitos à variação cambial. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira, consubstanciada pelo financiamento de equipamentos hospitalares em dólar, não gera efeitos significativos em caso de valorização na taxa de câmbio em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **c. Risco de taxa de juros:** A Entidade mantém parcela substancial das suas disponibilidades e de determinadas obrigações indexadas à variação do CDI. A expectativa de mercado, conforme dados retirados da Cetip, com data-base de 31 de dezembro de 2021, indicava, uma taxa média efetiva do CDI estimada em 9,15% cenário provável para o ano de 2022. A Entidade realizou duas simulações nas taxas de remuneração do CDI para as aplicações financeiras com aumento de 25% e 50% cujos resultados estão apresentados no quadro a seguir:

	Cenário Real	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%
Caixa e equivalentes			
Aplicações financeiras	23.319	23.318	23.318
Taxa anual estimada do CDI	9,15%	2,28%	4,57%
Efeito anual no caixa líquido	2.134	532	1.066

d. Risco de liquidez: Risco de liquidez é aquele em que a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Administração no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir o máximo possível que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando estas vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.A seguir, são apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados.

	Nota	2021 Valor contábil	2021 Até 1 ano	2021 01-02 anos
Fornecedores	12	56.557	56.557	–
Empréstimos e financiamentos	13	16.290	6.636	9.654
		72.847	63.193	9.654

	Nota	2020 Valor contábil	2020 Até 1 ano	2020 01-02 anos
Fornecedores	12	42.916	42.916	—
Empréstimos e financiamentos	13	40.307	25.677	14.630
		83.223	68.593	14.630

e. Política de gestão de riscos: A Entidade possui uma política para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que se utiliza de instrumentos de controle e profissionais capacitados na mensuração, na análise e na gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. **f. Hierarquia de valor justo:** A classificação dos instrumentos financeiros não derivativos está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros diferentes de caixa classificados em outras categorias:

Ativos financeiros	Classificação	Hierarquia de valor justo	2021	2020
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	Nível 1	861	1.549
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	23.319	30.183
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	78.874	52.439
Subvenções governamentais	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	17.688	24.752
Outros créditos	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	199	245
Passivos financeiros	**Classificação**		**2021**	**2020**
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 2	56.557	42.916
Empréstimos	Custo amortizado	Nível 2	16.290	40.307
Outras contas a pagar	Custo amortizado	Nível 2	28.024	13.672

(i) CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas na mensuração ao valor justo:- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. - **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços). - **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como nível 2. **26. Voluntariado:** Em atendimento ao item 19 da ITG 2002 (R1) Entidades sem Finalidade de Lucros, a Entidade reconheceu no exercício de 2021 o trabalho voluntário pelo valor justo, contabilizado como gratuidade concedida e serviços voluntários obtidos, em contas de resultado nos seguintes grupos: receitas operacionais e custos e despesas operacionais. Segue quadro com os valores contabilizados, por tipo de atividade, no exercício de 2021:

	2021 Receita	2021 Custo	2020 Receita	2020 Custo
Saúde	9	(9)	22	(22)
	9	(9)	22	(22)

27. Gratuidades concedidas: Assistência social: A Entidade trabalha no acolhimento, na defesa e na garantia dos direitos de idosos, possui serviço socioassistencial de alta complexidade inscrito no município de São José dos Campos, cuja filial apresenta anualmente ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) os seus respectivos: relatório de atividades e plano de ação. Segue abaixo o número de usuários que foram atendidos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS):

	2021	2020
Total de usuários	69	86

Saúde: A Entidade prestou serviços de saúde em hospitais, ambulatórios e outros equipamentos de saúde por meio de suas filiais constituídas para tal finalidade, sendo o seu percentual SUS composto por: internações mediadas em pacientes dia, atendimentos ambulatoriais e ações prioritárias de saúde. Com observância do limite mínimo de atendimento ao SUS (Sistema Único de Saúde) em 60%, fixado pela **Lei Complementar 187, de 16/12/21**, o número total de atendimentos no exercício está assim representado:

Saúde	2021	2020
Diário paciente dia		
Atendimentos SUS	170.393	144.431
Não SUS	96.487	85.221
Atendimentos ambulatoriais		
Atendimento SUS	969.324	1.312.165
Não SUS	301.643	267.849
Resumo geral SUS		
	2021	**2020**
Participação pacientes dia	63,85%	62,89%
Ambulatório - Lei 12.101/2009 e Art. 19 da Portaria 834/2016	10,00%	10,00%
Ações Prioritárias - Lei 12.101/2009 e Art. 20 da Portaria 834/2016	4,50%	4,50%
Percentual de atendimento SUS	**78,35%**	**77,39%**

O percentual conclusivo obtido no atendimento ao SUS no exercício de 2021 foi de 78,35% (77,39% em 2020), atendimento superior ao requerido mínimo de 60% conforme estabelecido pela legislação. **Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS):** A Entidade cumpriu o requisito de apresentar tempestivamente seus pedidos de renovação e recurso de decisão para a CEBAS, estando em conformidade com o processo **Lei Complementar 187, de 16/12/21**. **28 Informações adicionais:** A Entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela **Lei Complementar 187, de 16/12/21**, chamada "Lei da Filantropia", e às demais regulamentações vigentes, nas áreas de sua atuação, saúde e assistência social, quanto à obrigatoriedade de apresentar tempestivamente, a cada trimestre, o relatório de atividades e os documentos exigidos pelos respectivos Ministérios de cada área de sua atuação. **29. Outras informações:** As declarações de isenção do imposto de renda, às quais a Entidade está obrigada a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciário-trabalhistas, bem como prestação de contas da Administração referente a períodos prescricionais, também estão sujeitos a revisão por autoridades fiscais, normativas ou órgãos fiscalizadores. **30. Avais, fianças e garantias:** A Entidade não prestou garantias ou participou de qualquer transações como interveniente garantidora durante o exercício de 2021 e 2020.

Vilma Marlene de Andrade - Presidente do Conselho de Administração

Euler de Paula Baumgratz - Diretor Executivo

Izilda de Abreu - Contadora - CRC 1SP 185338/O-2

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal do **Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, tendo procedido à avaliação da documentação contábil relativa ao período de Janeiro a Dezembro do ano de 2021 efetuando a análise da Prestação de Contas da Diretoria inerente as atividades de natureza econômica e financeira, elaborou o presente relatório, com a missão do PARECER, a ser submetido à Assembleia Geral. **Relatório: 1 - Da Documentação Contábil:** A documentação contábil nos foi apresentada em tempo hábil, composta dos documentos de recibos e despesas, bem como dos respectivos balancetes, livros Diário e Razão, e extratos bancários. Na análise dos documentos não encontramos qualquer irregularidade, posto que estão em conformidade com os registros contábeis, não havendo nenhuma ressalva a ser feita. **2 - Da Movimentação Financeira Mensal - 2021:** Os balancetes, analisados e conferidos, foram apresentados de forma cumulativa, tendo este Conselho Fiscal feito a apuração do período, especificando os valores expostos, este Conselho Fiscal recomenda à Assembleia Geral a **Aprovação** do Balanço Patrimonial e respectivas demonstrações contábeis do **Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada,** relativos ao exercício social de 2021, posto que representam adequadamente a situação econômica, financeira e patrimonial da Entidade.

São José dos Campos, 11 de abril de 2022

Irmã Nilda da Silva - Conselheira

Irmã Adriana Aparecida Honório dos Santos - Conselheira

Irmã Terezinha Pereira Bicalho - Conselheira

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Ao Presidente, Vice-presidente e Conselheiras do Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada - IPMMI. **Opinião**: Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada - IPMMI, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada - IPMMI, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, sob essas normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Conforme o parágrafo 6º do artigo 30 da Portaria 834 do Ministério da Saúde, as demonstrações contábeis auditadas representam a real situação patrimonial e financeira da entidade. As demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por nós, cujo relatório datado de 31 de março de 2021, não continha ressalva. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a